



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº. 064/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO PREF Nº. 027/2022

O **MUNICÍPIO DE IPUAÇU**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com sede administrativa na Rua Zanella, 818, centro, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **Clori Peroza**, através da Comissão Permanente de Licitações, TORNA PÚBLICO, que realizará PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 064/2022, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS nº 027/2022, do tipo Menor Preço por Item, nas condições fixadas nesta justificativa:

1. DO OBJETO

Dispensa de Licitação para **aquisição de blocos de notas fiscais de produtor rural para serem entregues pelo Setor de Exatoria aos produtores rurais do município de Ipuacu/SC.**

2. DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se a utilização de dispensa de licitação, em prejuízo da elaboração de procedimento licitatório, visto que se trata de valor baixo, compra única e a despesa estar enquadrada nos parâmetros permitidos pelo inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93.

Recentemente, a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina instituiu a emissão da Nota Fiscal Eletrônica também para os produtores rurais catarinenses. Todavia, ainda é permitida a emissão da nota fiscal em papel, a qual é de atribuição dos Municípios a aquisição das mesmas junto a empresas gráficas autorizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda e posterior entrega aos produtores cadastrados no setor de exatoria municipal. Desta feita, percebe-se a necessidade e a fundamental importância na aquisição do material gráfico a seguir discriminado como incentivo à produção agrícola e pecuária no município principalmente àqueles munícipes que ainda não possuem acesso à tecnologia da informação, internet.

Diante da verificação da necessidade e justificativa de contratação do objeto, analisa-se a formalidade e legalidade da contratação através da dispensa de licitação, que está amparada, primeiramente no baixo valor de contratação, aliado a necessidade premente da Administração.

Não obstante, a própria Constituição Federal, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva que a lei ordinária poderá fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar, que é o que se observa no dispositivo do artigo 24 da Lei 8.666/93, que tratam, respectivamente, de dispensa e inexigibilidade de licitação, vejamos o que diz o inciso XXI do art. 37 da CF acima citado:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A contratação da empresa por dispensa de licitação vem atender o interesse público conforme disposto no art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/1993.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU**

Ainda, inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 24, II da Lei 8.666/93, também necessário a análise em questão dos incisos II e III, do parágrafo único, do art. 26 da Lei 8.666/93, assim sendo a razão de escolha *do fornecedor ou executante e Justificativa de preço*, o que justifica a contratação direta.

Dessa feita e diante do exposto, ponderando pela prova de regularidade fiscal como requisito básico para contratar com o Poder Público, bem como a completa desnecessidade de mover procedimento licitatório que comportaria ainda em maior ônus a Administração.

3. **FUNDAMENTO LEGAL:** tendo por base o Inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

4. DA RAZÃO DA ESCOLHA

A empresa contratada foi selecionada através de pesquisa de mercado, realizada com empresas fornecedoras do produto na região, considerada adequada por atender ao menor valor; por se tratar de produto a ser entregue na sede da contratante; bem como, ao fato de haver necessidade de credenciamento da empresa fornecedora junto à Secretaria de Estado da Fazenda, conforme Decreto Estadual nº 2870, de 27/08/2001, suas alterações e demais legislação vigente; a qual cumpriu com todos os requisitos habilitatórios exigidos, dadas às condições apresentadas, a empresa **POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 14.292.313/0001-75**, é a selecionada para o fornecimento dos produtos, objeto desta dispensa de licitação.

A pesquisa de mercado foi realizada entre as empresas: **VINICIUS RONCAGLIO ME**, inscrita no CNPJ nº 22.654.822/0001-29, que ofertou proposta no valor unitário de R\$ 0,59 (cinquenta e nove centavos), totalizando para a quantidade prevista R\$ 8.805,00 (oito mil oitocentos e cinco reais); a Empresa **POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 14.292.313/0001-75, apresentou proposta no valor unitário de R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos), totalizando R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais). Considerando que há um registro de preços vigente para serviços gráficos, do qual não está incluído o item ora contratado, foi consultada a detentora da Ata a empresa **EUKALIPTUS GRÁFICA E EDITORA**, via e-mail, acerca da possibilidade de fornecer o material, a qual informou que somente empresas cadastradas na Secretaria de Estado da Fazenda estão aptas a produzir essas notas e que devido ao fato de não estar credenciada conforme o regulamento estadual, a mesma não fornece este tipo de serviço. Ainda, para verificar os preços praticados no mercado, foi realizada consulta de contratações semelhantes em outros municípios da região, inclusive com a empresa que ofertou menor preço, **POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME**, sendo:

1. São Domingos, NF 8046, de 11/02/2022, ao valor unitário de R\$ 0,54 (cinquenta e quatro centavos) e;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU**

2. Bom Jesus, NF 8202, de 21/03/2022, ao valor unitário de R\$ 0,74 (setenta e quatro centavos).

Diante disso, considerando as normas legais vigentes e verificado que a empresa **POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME**, apresentou proposta mais vantajosa, resta a verificação da regularidade fiscal, que ficou comprovada, podendo a Administração contrata-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

5. DA CONTRATADA

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 14.292.313/0001-75, com sede na Rua Atílio Pagnoncelli, nº 210, Centro, no Município de Herval D'Oeste/SC.

6. DOS VALORES E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Bloco de nota fiscal de produtor rural, 4 vias, formatos: 1 via 240x216mm, 1x0 cor, tinta escala em papel autocopiativo CB 54g. 1 via 240x216mm, 2x0 cores, tinta escala em papel autocopiativo CFB 55g. 1 via 240x216mm, 2x0 cores, tinta escala em papel autocopiativo CFB 55G. 1 via 240x216mm, 1x0 cor tinta escala em papel autocopiativo CF 52g	und	15.000	R\$0,53	R\$7950,00

O Município pagará à Contratada o valor total de até **R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais)**. O valor será pago após a entrega dos materiais, até o dia 10 de cada mês subsequente.

7. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros para fazerem frente ao contrato em questão, serão a cargo do Orçamento de 2022, sendo que serão utilizados recursos ordinários, observados os preceitos legais e promovido o correto empenhamento e liquidação de despesas pelo Setor de Compras e Setor Contábil do Município.

Disp. 120 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.

8. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a realizar a entrega dos materiais, conforme a solicitação da secretaria requisitante, especificações e artes a serem fornecidas pelo Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento e artes.

A CONTRATADA obriga-se a realizar a entrega dos materiais, conforme previsto na proposta e no presente edital, bem como por quaisquer danos decorrentes, causados a esta Municipalidade ou a terceiros;

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Administração Municipal, de maneira a atender as suas necessidades;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU**

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do Artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

9. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município ficará obrigado a:

- a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos materiais objeto do presente edital.
- b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

A formalização da contratação dos produtos, objeto desta dispensa de licitação, fica vinculada a emissão de Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho, não necessitando da emissão de contrato administrativo, devido a entrega imediata e total do produto, conforme previsto no art. 62,

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

11. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições no contrato, por parte da Contratada assegurará ao Município o direito de rescindi-lo, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto neste contrato.

O contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no Art. 78, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

- Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega licitado;
- b) A entrega fora das especificações constantes no objeto deste edital;
- c) A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, assim como as de seus superiores;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU**

- e) O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- f) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) A dissolução da empresa;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) As razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere este certame.
- j) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no contrato desde que haja conveniência para a Administração;
 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

12. PENALIDADES

À empresa vencedora deste certame, que não cumprirem com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor total do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Ipuacu/SC, 18 de abril de 2022.

Mariana Pires
Presidente da Comissão
Permanente De Licitações

Vanessa Scherer
Membro da Comissão
Permanente de Licitações

Ana Claudia Barizon F. da Luz
Membro da Comissão Permanente
de Licitações